



Comissão analisa repartição de recursos de loterias federais

Entre as MPs editadas pelo governo no período eleitoral, estão a que destina para cultura e esporte verbas da MegaSena e a que cria o Marco Legal do Saneamento Básico

O Congresso Nacional deve analisar 13 medidas provisórias que foram editadas pelo governo durante o período eleitoral. A comissão mista da medida provisória que muda a divisão dos recursos arrecadados

com as loterias federais tem a primeira reunião prevista para hoje. Outras quatro MPs já têm comissões instaladas e relatores designados e aguardam os pareceres. Já a medida provisória que criou o Marco Legal do Saneamento Básico

teve a comissão instalada e aguarda a designação de relator. Entre as oito MPs que aguardam a instalação de comissão, está a que trata da subvenção ao diesel, parte do acordo dos caminhoneiros para o fim da greve da categoria. 3

Participantes de homenagem defendem serviço público

Criado em 7 de outubro de 1988, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) acaba de completar 30 anos. A data foi celebrada ontem em

sessão solene do Congresso Nacional. Os participantes se mostraram preocupados com a qualidade da prestação de serviços pelo poder público e as condições de trabalho dos servidores. 2

Servidores, parlamentares e dirigentes sindicais durante a sessão solene que comemorou o aniversário de 30 anos do Sindilegis



Gerardo Magalhães/Agência Senado

MPs do acordo com caminhoneiros perdem validade

Quatro medidas provisórias não foram analisadas pelo Congresso dentro do devido prazo e perderam a validade. Duas delas atendiam reivindicações dos caminhoneiros como parte do acordo para o fim da greve da categoria, em maio. Uma acabava com isenção a petroquímicas e a outra abria crédito a ministério para custear a subvenção ao diesel. As outras duas MPs tratavam de regularização tributária rural e de medidas para abastecimento de milho em grão. 2



Tomaz Silva/Agência Brasil

As medidas tratavam de subvenção ao diesel e fim de isenção a petroquímicas

Audiência aponta falta de apoio às faculdades comunitárias

A crise econômica e a presença cada vez maior do ensino a distância estão complicando a situação das faculdades comunitárias. Essa foi uma das conclusões da audiência

pública que a Comissão de Direitos Humanos promoveu ontem. O senador Paulo Paim, que comandou a reunião, saudou os professores, que comemoraram seu dia. 3

Uso de cartão para jogos de azar pode ser vetado 2

Energia elétrica domina pauta de comissão 3

especial cidadania

Obesidade e agrotóxico são temas para próximo Congresso

Senadores e deputados que tomarão posse em fevereiro encontrarão na pauta projetos que tratam de temas como obesidade e

uso de agrotóxico. Relatório das Nações Unidas divulgado em setembro mostrou que 22,3% dos brasileiros estão acima do peso. 4



Leonardo Sá/Agência Senado

Um dos projetos reduz o teor de açúcar em bebidas industrializadas



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



Homenagem ao Sindilegis foca condições do servidor

Convidados da sessão pelos 30 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União se mostraram preocupados com a qualidade do serviço do poder público

A QUALIDADE DA prestação de serviços pelo poder público e as condições de trabalho dos servidores serão os principais desafios a serem enfrentados num futuro próximo. Essa foi a síntese dos discursos na sessão de homenagem realizada ontem pelo Congresso em alusão aos 30 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), no Plenário do Senado.

Um dos problemas mais imediatos, para Paulo Paim (PT-RS), é a nova legislação, que libera a terceirização em todas as atividades, inclusive no setor público.

— Que qualidade vamos oferecer aos cidadãos nos mais diversos serviços públicos com o aprofundamento cada vez mais irrestrito desse tipo de lógica? O país precisa se preparar, as dificuldades para o povão vão ficar ainda maiores — afirmou o senador, conclamando o Sindilegis a fazer jus a seu slogan (“A serviço do Brasil”), integrando a luta para unir a população e os servidores numa causa comum.

A deputada federal Erika



Na sessão, corais do Senado, da Câmara e do TCU cantam o Hino Nacional

Kokay (PT-DF) acredita que não só o Sindilegis, mas todas as entidades que defendem o serviço público terão enormes desafios pela frente, especialmente se o candidato Jair Bolsonaro vencer as eleições.

— Seu vice fala abertamente em acabar com a estabilidade do servidor. Trata-se de um grupo político autoritário, que não sabe conviver com o contraditório — criticou.

O senador Hélio José (Pros-DF), que presidiu a sessão, concordou.

— Caso o fascismo predomine, haverá ameaças às aposentadorias, aos direitos dos trabalhadores, ao 13º

salário, ao adicional de férias. Não é possível conceder uma carta branca para que chamem todos de privilegiados e criminosos porque trabalham para o país — disse o senador

O presidente do Sindilegis, Petrus Elesbão, garantiu que o sindicato e as categorias que representa estão prontos para os desafios que se avizinham. Ele lembrou o benefício incalculável das leis e políticas públicas bem definidas pelo Congresso e das fiscalizações e auditorias comandadas pelo TCU, ações que contam com a colaboração ativa de milhares de servidores todos os dias, finalizou o sindicalista.

Projeto coíbe uso de cartões em ações ilegais

Projeto que pode ajudar a coibir o uso de cartões de débito e crédito para transações relacionadas a jogos de azar ou pornografia infantil está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme o PLS 121/2008, o Banco Central (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderão definir regras para impedir que as operadoras dos cartões autorizem transações que tenham por finalidade a participação em jogos de azar e o acesso a sites que apresentem, vendam, forneçam ou divulguem fotografias ou vídeos com

pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

A atual redação do projeto é do relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que apresentou um substitutivo ao projeto do senador Magno Malta (PR-ES).

O relator ampliou as competências do BC e do CMN previstas na Lei 12.865, de 2013, que regulamenta bancos emissores e credenciadores de cartões de pagamento. O texto original proibia transações com cartões de crédito e débito envolvendo jogos de azar e pedofilia e, em caso de descumprimento da regra, submetia as administradoras

dos cartões ao Código de Defesa do Consumidor.

A proposta foi rejeitada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que considerou excessivo atribuir às administradoras de cartões a tarefa de identificar a natureza da operação realizada entre fornecedores e consumidores.

Davi optou por atribuir ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central a competência para regular a questão. “Tais autoridades detêm conhecimento profundo sobre a indústria financeira, além de monitorarem-na continuamente”, afirma o relator.

Greve de caminhoneiros: MPs de acordo perdem vigência

Quatro medidas provisórias não foram analisadas no prazo constitucional e perderam a validade. O Congresso informou o encerramento da vigência no *Diário Oficial da União* de ontem.

A Medida Provisória 834/2018 prorrogava até 30 de outubro o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, também conhecido como Refis do Funrural, que refinancia dívidas de produtores rurais oriundas do não recolhimento de contribuição previdenciária dos empregados.

A MP 835/2018 autorizava a oferta imediata dos estoques de milho em grão da Companhia Nacional de Abastecimento a criadores de aves e suínos e empresas de processamento de ração animal. O milho é um dos componentes básicos da ração de animais de corte e a greve dos caminhoneiros de maio deste ano provocou o desabastecimento do grão.

As MPs 836/2018 e 839/2018 atendiam reivindicações dos

caminhoneiros, como parte do acordo firmado com o governo para encerrar a greve. A MP 836 acabava com a isenção para empresas petroquímicas do pagamento de PIS/Pasep e Cofins sobre a aquisição de etanol para a produção de polietileno, além de revogar o regime especial para importação de nafta e de outros produtos por essas companhias.

Já a MP 839 abria crédito especial de R\$ 9,5 bilhões para o Ministério de Minas e Energia custear o programa de subvenção ao óleo diesel.

Prazo de 120 dias

A edição de medidas provisórias é regida pelo artigo 62 da Constituição. As MPs devem ser convertidas em lei, ou seja, votadas pela Câmara e pelo Senado, em até 120 dias a partir da edição. Com o prazo de tramitação dessas MPs vencido, as comissões mistas instaladas para analisá-las terão que elaborar projetos de decreto legislativo que disciplinem as relações jurídicas geradas por elas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Agência Nacional de Mineração

9h Entre 11 itens, está a análise de nomes indicados para a diretoria da ANM.

CAE Tosa e banho de cães e gatos

10h O PLC 128/2017, sobre serviços comerciais de tosa e banho em cães e gatos, é um dos 14 itens.

CCT Cartórios do DF

10h Audiência pública para debater o PLC 99/2017, que aumenta taxas de cartórios do Distrito Federal. A ministra Cármen Lúcia, do STF, está convidada.

CE Ingresso grátis em museus

11h30 O PLS 49/2014, sobre a gratuidade de ingresso em museus, está na pauta de 18 itens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLC 77/2018, que viabiliza a privatização de distribuidoras de energia, abre a pauta.

MP 846/2018 Recursos de loterias

14h30 A comissão mista da MP que amplia recursos das loterias para cultura e esporte analisa plano de trabalho.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Começa análise de MP sobre recurso de loteria

Comissão mista que analisa medida provisória sobre divisão de verbas arrecadadas com os jogos se reúne hoje. O Congresso tem outras 12 MPs à espera de uma decisão

TREZE MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPs) editadas durante o período eleitoral aguardam análise do Congresso. Quatro delas já têm comissões instaladas e relatores designados e aguardam os pareceres. Uma quinta, a MP 844/2018, que criou o Marco Legal do Saneamento Básico, teve a comissão instalada e aguarda a designação de relator. Por fim, há oito MPs cujas comissões precisam ser instaladas.

A comissão mista da MP 846/2018, que muda a divisão dos recursos arrecadados com as loterias federais e que já havia sido alterada pela 841/2018, tem a primeira reunião prevista para hoje, às 14h30.

Na opinião do presidente do colegiado, o deputado Evandro Roman (PSD-PR), a medida tem grande importância:

— A MP 846 é aquela que reparte parte do arrecadado com as loterias para a segurança pública e para o esporte. Sua tramitação é fundamental tanto para a política de segurança pública brasileira como para o apoio aos esportes olímpicos e paralímpicos — explica o deputado.

A nova MP amplia de 2,87% para 2,92%, em 2018, e de 0,5% para 2,91% a partir de 2019, o percentual da arrecadação de loterias numéricas como

a MegaSena e a Quina destinado ao Fundo Nacional de Cultura. A medida também destina ao fundo 0,4% da arrecadação com a Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex). A MP 841 não havia direcionado recursos da Lotex para o FNC.

Segundo o Ministério da Cultura, com as alterações o FNC receberá em 2019 cerca de R\$ 443,2 milhões, quase seis vezes mais do que o valor previsto com base na MP 841. No caso do esporte, muda a divisão de recursos entre o ministério e as confederações esportivas. A participação do ministério nas loterias numéricas sobe de 3% para 3,5% em 2018, e de 0,66% para 3,53% a partir de 2019. A pasta também recebeu um reforço da Lotex, que destinará 0,9% para o esporte.

Recursos

A MP 841/2018 foi publicada em junho com o objetivo de ampliar os recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Com as mudanças feitas pela nova MP, o volume de recursos para o fundo foi reduzido.

A MP 846/2018 também devolveu os recursos destinados à Cruz Vermelha e à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes).

As duas entidades vão receber, alternadamente, a renda líquida de dois concursos anuais das loterias esportivas.

Subvenção ao diesel

Entre as MPs que aguardam a instalação de comissão, está ainda a 847/2018, que trata da subvenção ao óleo diesel — uma das exigências dos caminhoneiros durante a greve da categoria, em maio. Sua validade, já prorrogada, termina em 28 de novembro. Caso a medida não seja votada até essa data, o Congresso terá de editar um decreto legislativo que regule todas as relações criadas ou provocadas pela sua vigência.

Isso é o que pode ocorrer com a MP 798/2017, que prorrogou o prazo de adesão ao programa de Regularização Fiscal (Refis). A vigência da medida se encerra na sexta-feira, mas ela ainda precisa ser votada na comissão mista e nos Plenários da Câmara e do Senado.

Também aguardam instalação de comissão mista as MPs 849, que cancela e adia aumentos de servidores federais em exercícios futuros, e 850, que cria a Agência Brasileira de Museus, ambas de 2018. As duas medidas valem até novembro, podendo ser prorrogadas por mais 60 dias.

Com Agência Câmara

Medidas pendentes de análise

MEDIDAS PROVISÓRIA	TEMA
MP 798/2017	Altera a MP 783/2017, que criou o Programa Especial de Regularização Tributária na Receita Federal e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Instalada, já com relator designado. Expira em 19/10
MP 841/2018	Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e a destinação da arrecadação das loterias. Aguarda instalação de comissão e perde a validade em 23/10
MP 843/2018	Regula a comercialização de veículos, cria o Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística e trata da tributação do setor de autopeças. Instalada e com relator designado, expira em 16/11
MP 844/2018	Atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e altera a Lei 9.984, de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para regular o serviço de saneamento. Também muda as atribuições do cargo de especialista em recursos hídricos descritas na Lei 10.768, de 2003, e altera a Lei 11.445, de 2007, que trata das condições do saneamento básico. Tem comissão instalada e aguarda escolha do relator. Deixa de vigorar em 19/11
MP 845/2018	Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário. Instalada e com relator designado, expira em 28/11
MP 846/2018	Altera a MP 841/2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação da arrecadação das loterias. Também altera as Leis 9.615, de 1998, que institui normas gerais sobre esporte, e 11.473, de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa em segurança pública. Comissão instalada, com relator designado. Perde a validade em 28/11
MP 847/2018	Dispõe sobre a subvenção à comercialização de óleo diesel rodoviário. Aguarda instalação de comissão e expira em 28/11
MP 849/2018	Cancela e adia aumentos de servidores federais em exercícios futuros. Aguarda instalação de comissão e perde a validade em 30/10, podendo ser prorrogada por 60 dias
MP 850/2018	Cria a Agência Brasileira de Museus. Aguarda instalação de comissão e expira em 9/11, podendo ser prorrogada por 60 dias
MP 851/2018	Autoriza a administração pública a firmar parceria e termos de execução de programas e projetos com gestores de fundos patrimoniais. Aguarda instalação de comissão e deixa de vigorar em 9/11, podendo ser prorrogada por 60 dias
MP852/2018	Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União e trata da administração, alienação e gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Extingue o fundo contingente da RFFSA. Aguarda instalação de comissão e expira em 22/11, podendo ser prorrogada por 60 dias
MP 853/2018	Reabre o prazo de opção pelo regime de previdência complementar para os servidores federais. Aguarda instalação de comissão e expira em 24/11, podendo ser prorrogada por 60 dias
MP 854/2018	Trata da antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) seja parte e que tramitem nos juizados especiais federais. Aguarda instalação de comissão e expira em 2/12, podendo ser prorrogada por 60 dias

Faculdades comunitárias criticam ensino a distância

O crescimento do ensino a distância (EAD) e a crise econômica no país estão impondo dificuldades às instituições comunitárias de ensino superior, relataram representantes do setor em audiência pública no Senado. O debate foi feito na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem, data em que se celebra o Dia do Professor.

De acordo com os participantes da audiência, faculdades comunitárias no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, apesar do excelente nível de ensino, estão perdendo professores e profissionais por falta de alunos. A maioria dos estudantes está ingressando em cursos de EAD, que são mais baratos, mas pecam pela baixa qualidade do ensino, afirmaram os debatedores. As faculdades comunitárias cobram mensalidade, mas não têm fins lucrativos.

Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a reunião, saudou a todos os professores e chamou-os de “verdadeiros heróis”, por serem tão desvalorizados. Ele disse que a educação é a solução para a melhoria do Brasil.



Para Paim (4º à esq.), professores, que comemoram dia ontem, são heróis

O Plano Nacional de Educação (PNE) tem, entre suas metas, a de que 33% dos jovens entre 18 e 24 anos estejam no ensino superior até 2024. Segundo o coordenador do Fórum das Faculdades Comunitárias, Antonio Ternes, essa porcentagem permanece estática em 18%, após um crescimento, entre 2011 e 2014, de 5%.

— O que acontece no Brasil não é um problema de recursos. O país destina 5,5% do PIB para a educação. A Finlândia, referência no mundo, destina 5%. O problema é gestão.

Os debatedores afirmaram que não são contra o ensino a

distância, mas que a qualidade e a fiscalização desse tipo de ensino precisa melhorar. O presidente do Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, Bruno Eizerik, disse que nas pequenas cidades, onde há as faculdades comunitárias, está havendo uma sobreposição da criação de polos em EAD.

Ana Amélia (PP-RS) relatou que, em julho, em audiência, no Rio Grande do Sul, constatou-se que havia cursos em “fundos de quintal”, cobrando R\$ 48 de mensalidade.

— O EAD é importante, mas não podemos admitir que chegue a esse baixo nível — disse.

Colegiado analisa projetos de incentivo à geração de energia

A Comissão de Infraestrutura (CI) deve analisar hoje, a partir das 9h, projetos que incentivam a geração de energia elétrica.

Uma das propostas é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 705/2015, de Otto Alencar (PSD-BA), que exclui da obrigatoriedade de manter reserva legal as áreas nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica ou solar. O texto tem relatório favorável de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Outro item é o PLS 107/2017, que inclui no ambiente de contratação regulada a energia elétrica contratada de empreendimentos com geração a partir de mais de um tipo de fonte renovável. De Hélio José (Pros-DF), o texto, já aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), será analisado em caráter terminativo na CI, onde é relatado por Roberto Muniz (PP-BA), favorável.

Também está na pauta substitutivo de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ao PLS 209/2015, de Ronaldo

Caiado (DEM-GO), que prevê o pagamento de multa aos usuários pelas concessionárias de energia elétrica no caso de interrupção do fornecimento. A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Agência de mineração

Também serão lidos relatórios sobre duas indicações para a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Eduardo Araújo de Souza Leão e Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho são os indicados para os cargos na ANM, com mandato de quatro e de dois anos, respectivamente. As indicações são relatadas por Eduardo Braga (MDB-AM) e Valdir Raupp (MDB-RO).

Souza Leão é assessor na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, depois de ter sido titular da pasta.

Advogado especialista em direito empresarial, Pessoa Filho foi deputado estadual pelo Ceará, de 2007 a 2011.

Alimentação está na pauta do novo Congresso

Senadores e deputados federais que tomarão posse em fevereiro encontrarão em análise nas duas Casas projetos que tratam de temas como obesidade e uso de agrotóxico

O BRASIL VIVE contradição típica de países em desenvolvimento no que se refere à alimentação: redução da fome entre a população mais pobre, mas aumento da obesidade por causa da baixa qualidade da alimentação. Relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em setembro mostrou que a fome no país estabilizou em 2,5% da população. Em compensação, os casos de obesidade vêm crescendo. Hoje 22,3% dos brasileiros acima de 18 anos estão acima do peso.

A questão da segurança alimentar também preocupa quando os temas são uso de agrotóxicos e presença nos alimentos de substâncias que causam alergia.

Por isso, as políticas públicas na área de nutrição e alimentação e as normas de rotulagem e uso de pesticidas devem fazer parte da agenda legislativa dos parlamentares que tomarão posse em fevereiro e do presidente da República que assumirá o cargo em janeiro.

Os novos governantes encontrarão em andamento compromissos assumidos pelo país a partir da adesão à Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição (2016–2025), que tem como objetivo estimular ações para acabar com a fome e assegurar acesso universal a dietas mais saudáveis e sustentáveis.

O Brasil foi o primeiro país a se comprometer a atingir três metas até 2019: deter o crescimento da obesidade na

população adulta, reduzir o consumo regular de bebidas adoçadas com açúcar em pelo menos 30% na população adulta e ampliar em no mínimo 17,8% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente.

O governo tem feito esforços nesse sentido. Em maio, sancionou a Lei 13.666, de 2018, que incluiu a educação alimentar e nutricional nos currículos escolares dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas e privadas.

Outra iniciativa, em parceria com a indústria, estipula metas de redução de açúcar em alimentos processados, como refrigerantes, biscoitos e achocolatados, de acordo com recente anúncio do ministro da Saúde, Gilberto Occhi.

No Senado, está em análise projeto (PLS 346/2018), de Lindbergh Farias (PT-RJ), que proíbe a distribuição e a venda de bebidas como refrigerantes, néctares, refrescos, chás prontos e bebidas lácteas nas escolas de educação básica públicas e privadas.

Já os alimentos com alto teor de sódio poderão ter no rótulo advertência ao consumidor. É o que diz projeto (PLS 392/2018) de Paulo Bauer (PSDB-SC). Segundo o texto, a autoridade sanitária deverá indicar quais alimentos apresentam elevado teor de sódio na composição nutricional.

Agrotóxicos

Outra questão preocupante é a quantidade de agrotóxicos que o brasileiro ingere. Essas substâncias químicas são utilizadas há décadas para combater pragas e doenças nocivas à produção agrícola.

Segundo dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), 64% dos alimentos no Brasil têm resíduos de agrotóxicos. Só o Sistema Único de Saúde (SUS) notificou 34.147 intoxicações por esses produtos entre 2007 e 2014. Esses e outros dados, incluindo o faturamento da indústria de agrotóxicos (R\$ 12 bilhões em 2014), colocam o país, desde 2008, na posição de maior mercado mundial de agrotóxicos.

O Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), aponta, no entanto, que quase 99% das amostras de alimentos analisadas pelo órgão, entre 2013 e 2015, estavam livres de resíduos que representam risco agudo



Entre as propostas que estão sendo discutidas no Senado, está a que proíbe no país a pulverização aérea de agrotóxicos

para a saúde. Risco agudo é uma intoxicação que pode ocorrer dentro de um período de 24 horas após o consumo.

Um dos alimentos com maior quantidade de amostras analisadas foi a laranja. A fruta está exposta, por exemplo, ao carbofurano, que passa por processo de reavaliação na Anvisa. É a substância que mais preocupa quanto ao risco agudo.

O carbendazim é também merece atenção. Os resultados revelaram que, em 5% das amostras de abacaxi, há potencial de risco. Outro agrotóxico que causa preocupação quanto à saúde é o glifosato. Proibido no início de agosto, a substância voltou a ser liberada pela Justiça em setembro.

Em debate na Câmara dos Deputados, a Anvisa, que libera o uso de agrotóxicos, informou que esses produtos estão enquadrados como “questão de saúde pública” por potencialmente causarem câncer e mutação genética. A pesquisadora Márcia Sarpa, do Instituto Nacional do Câncer, advertiu que “não existe limite seguro de exposição” a agrotóxicos.

— É totalmente antiético deixar no mercado um produto que pode levar a malformações congênitas — disse Márcia.

O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) argumentou, no entanto, que o uso de defensivos agrícolas é fundamental para garantir produtividade no campo e dar conta da demanda crescente de alimentos em razão do aumento da população mundial.

Em junho, uma comissão especial da Câmara aprovou parecer do deputado Luiz Nishimori (PR-PR) a projeto (PL 6.299/2002) que prevê que os agrotóxicos possam ser liberados pelo Ministério da

Agricultura mesmo se outros órgãos reguladores, como Ibama e Anvisa, não tiverem concluído análises sobre riscos.

A aprovação foi condenada por parlamentares e membros da comunidade científica que chamaram o projeto de “pacote de veneno” e defenderam a aprovação da Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos (PL 6.670/2016).

No Senado, proposta (PLS 541/2015) de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) veda a pulverização aérea de pesticidas e proíbe o registro de agrotóxicos que tenham como ingredientes ativos glifosato, triclorfom, carbofuran, cihexatina, abamectina, fosmete e lactofen. O

Outro projeto (PLS 209/2013) visa atualizar o marco regulatório dos agrotóxicos para otimizar o processo de registro dos produtos. Segundo o texto, a formalização do registro deve ser feita em 15 dias. Para o autor, ex-senador Ruben Figueiró, “sem tal medida seria impossível se ter maior efetividade no agronegócio brasileiro”.

Alergias

Problema de visibilidade mais recente que a desnutrição e a contaminação por venenos, as alergias alimentares são doenças caracterizadas pela manifestação do sistema imunológico após a ingestão ou contato com certos alimentos. As reações incluem urticária,

inchaço, coceira, eczema, dor abdominal ou até mesmo fechamento das vias respiratórias e comprometimento de órgãos.

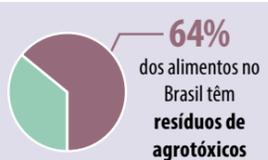
O Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar de 2018 indicou que as alergias são consideradas um problema de saúde pública, pois a sua incidência tem aumentado em todo o mundo. A estimativa é que elas afetem cerca de 6% das crianças com menos de 3 anos de idade e 3,5% da população adulta.

No Brasil, uma resolução da Anvisa de 2016 determina que embalagens de comidas e bebidas devem obrigatoriamente fornecer informações sobre a presença de substâncias que podem causar alergias.

No Senado, tramitam dois projetos que tratam de alergia alimentar. Uma proposta (PLS 308/2018), de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), estabelece a criação da Semana Nacional de Conscientização Sobre a Alergia Alimentar.

Também de autoria de Antonio Carlos Valadares, o PLS 155/2014 determina a indicação dos alergênicos mais comuns em rótulos de alimentos, como leite, ovo, amendoim, peixe, crustáceo, trigo e soja. “Com um simples aviso no rótulo, vários desconfortos ou ocorrências médicas podem ser evitados e com custo adicional praticamente nulo”, destaca o autor do projeto.

Números



34.147 intoxicações por esses produtos foram notificadas no SUS entre 2007 e 2014



US\$ 12 bilhões foi o faturamento da indústria de agrotóxicos no Brasil em 2014



Fonte: Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Saiba Mais

Guia alimentar

<http://bit.ly/guiaalimentaroms>

Vídeo: 10 passos para uma alimentação saudável

<http://bit.ly/guiaidezregras>

Campanha do Greenpeace contra agrotóxicos

<http://bit.ly/greencontraagrototoxicos>

Audiência sobre o projeto da Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos

<http://bit.ly/projetopnra>

PLS 6.299/2002 e apensados

<http://bit.ly/pls6299>

Veja todas as edições do Especial Cidania em www.senado.leg.br/especialcidania